

## PROJETO DE LEI Nº CM-038/2009

### SUBSTITUTIVO

*Dispõe sobre Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de Divinópolis e dá outras providências.*

#### CAPÍTULO I DA POLÍTICA PÚBLICAS DE COMBATE À PEDOFILIA

**Art. 1º** - Esta Lei institui e disciplina regras de Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de Divinópolis.

**Art. 2º** - Para os efeitos desta lei entende-se como Políticas Públicas de Combate à Pedofilia ações e Violência contra Crianças e Adolescentes as ações do Poder Público que sistematizem o tema e apliquem regras adequadas e efetivas para impedir agressões físicas e mentais à crianças e adolescentes

**Parágrafo único:** A Política Pública de Combate à Pedofilia terá como equivalentes, para todos os efeitos legais, as expressões "Política Pública", "Política" e "PPCP".

**Art. 3º** - São objetivos da Política Pública de Combate à Pedofilia

- I. articulação sistemática com organizações não-governamentais e com os demais órgãos da administração pública, inclusive de outras esferas de governo, visando apoio e a inserção de programas e atividades relacionadas ao combate à pedofilia;
- II. identificação de ações informais de combate e a busca de ações integradas;
- III. criar instrumento e mecanismos que estimulem o contínuo crescimento das atividades de combate a pedofilia;
- IV. prestar assistência ao Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Defesa à Criança e ao Adolescente e outros que venham a existir e que tenham o mesmo objetivo;
- V. estabelecer incentivos para a constituição, manutenção, fomento e desenvolvimento de ações, programas e instrumentos que tenham como objetivo o combate a violência contra a criança e o adolescente;
- VI. facilitar a comunicação entre seus programas, ações e instrumentos;
- VII. apoiar técnica e operacionalmente o combate a pedofilia na cidade de Divinópolis;
- VIII. estimular a inclusão de palestras e meios de informação nas Escolas e Centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores – Telecentros;

IX. criar mecanismos para a qualificação e manutenção de profissionais voltados para o combate a violência sexual de crianças e adolescentes;

**Art. 4º** - Os estabelecimentos que proporcionarem acesso à Rede Mundial de Computadores, Internet, de forma gratuita ou onerosa, deverão observar a seguinte condição:

I - Colocar uma placa, em local visível para os usuários no tamanho 1m X 0,50 m, com os seguintes dizeres:

## **PEDOFILIA É CRIME!**

### **DENUNCIE!**

DISQUE 100 ou “nº do telefone de cada conselho tutelar”.  
O denunciante não será identificado.

Responsáveis por locais que permitam o acesso ou pessoas que acessem ou divulguem cenas e imagens com pornografia ou sexo explícito envolvendo crianças e adolescentes, serão punidos com penas de 2 a 6 anos de reclusão e multa. (Art. 241 do Estatuto da Criança e Adolescente).

II - A placa de que trata o inciso anterior deverá ser confeccionada em material resistente à ação do tempo.

III - A frase a ser publicada deverá ser escrita em letra maiúscula, ocupando toda a largura da placa e em cor que possibilite destacá-la facilmente.

IV - A placa referida nos incisos anteriores deverá ser instalada em local de grande visibilidade.

**Art. 5º** - O descumprimento desta Lei implicará em aplicação de multa de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), e em caso de reincidência, tal multa será aplicada em dobro concomitantemente à cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento.

**Art. 6º** - Os provedores de acesso à Internet estabelecidos no Município de Divinópolis deverão manter cadastro atualizado das páginas que hospedam as quais tenham conteúdo relacionado a crianças e adolescentes, bem como os dados dos respectivos responsáveis por sua elaboração, ficando obrigados a comunicação prévia ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente de qualquer situação que implique em infração ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

**§ 1º** - Deverá ser imediatamente comunicado na forma do artigo anterior, as seguintes hipóteses:

I - Informações cadastrais e endereços I.P. de páginas que estejam veiculando materiais sobre pedofilia;

II - Divulgação de qualquer material que coloque criança ou adolescente em situação vexatória ou que atente contra seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do

Adolescente;

III - Divulgação de informações que possam implicar no envolvimento de criança ou adolescente com o consumo de bebidas alcoólicas ou a ingestão de substâncias entorpecentes ou similares.

§ 2º - O descumprimento ao presente artigo importará em aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que a cada reincidência tal multa será aplicada em dobro.

**Art. 7º** - Os provedores de acesso à Internet estabelecidos no Município de Divinópolis farão incluir em suas home pages espaço destinado à denúncia de casos de pedofilia com a seguinte advertência: "PEDOFILIA É CRIME. DENUNCIE. DISQUE 100"

**Parágrafo Único** - O descumprimento ao presente artigo importará em aplicação de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo que a cada reincidência tal multa será aplicada em dobro.

**Art 8º**- As escolas públicas, bibliotecas e demais órgãos públicos municipais, bem como qualquer outro local público, onde funcionem computadores ligados à "internet", dentro do município de Divinópolis, ficam obrigados a instalar tecnologia de filtragem de conteúdo.

**Parágrafo único.** Devem, dentre outros, a critério do Executivo Municipal, ser proibidos "sites" que façam apologia de drogas, pornografia, pedofilia, sexo, violência, armamentos e qualquer tipo de preconceito.

**Art 9º**- Deverão ser exigidos fotos e cópias dos documentos de identidade e/ou nascimento de hóspede e de acompanhante menor de 16 anos a serem enviados para o Conselho Tutelar do município de Divinópolis

## CAPÍTULO II DA SEMANA MUNICIPAL DE COMBATE A PEDOFILIA

**Art. 10** - Fica instituída a Semana de Combate à Pedofilia no âmbito do Município de Divinópolis, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

**Art. 11** A data ora instituída passará a constar do Calendário Oficial de Eventos do Município e da Câmara de Vereadores.

**Art. 12** A "Semana de Combate a Pedofilia", terá o objetivo de conscientizar a população, através de procedimentos informativos, educativos e organizativos, para que a sociedade venha conhecer melhor o assunto e debater sobre iniciativas de combate a este tipo de crime.

**Art. 13** - Constituem objetivos fundamentais da Semana de Combate à Pedofilia:

- I. Viabilizar a interação entre a sociedade civil;
- II. Incentivar iniciativas que de alguma forma possam contribuir para a informação e para o combate a pedofilia;
- III. estimular atividades de promoção, proteção e apoio ao combate a pedofilia;
- IV. conscientizar e informar a sociedade, principalmente, crianças e adolescente;

- V. sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para que compreendam e apoiem as iniciativas voltadas para combater a violência contra crianças e adolescentes;
- VI. alertar a população da gravidade e efeitos da pedofilia;
- VII. apoiar crianças que já sofreram abusos e violência.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 14** - Serão desenvolvidas e veiculadas na mídia em geral e em especial nos espaços municipais, equipamentos urbanos, Unidades Básicas de Saúde e entidades conveniadas, campanhas permanentes de informação, destinada ao público em geral, informando:

I - Sobre os diversos tipos de violência e exploração sexual que vitimam crianças e adolescentes;

II - Sobre a identificação de indicadores físicos e psicológicos da violência;

III - Sobre os órgãos municipais, estaduais e federais que fornecem ajuda e orientação às vítimas de tais delitos, inclusive citando o tipo de serviços que cada um presta, endereço, telefone e horário de atendimento.

**Parágrafo único** – Os temas constantes nos incisos I, II, e III deste artigo serão objeto de Palestras destinadas ao treinamento de servidores públicos municipais e membros dos Conselhos Tutelares da cidade de Divinópolis, e se realizarão ao longo de todo o ano em locais e formas a serem definidas pelo Poder Público.

**Art. 15-** Nas creches, escolas públicas ou privadas e Centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores – Telecentros, será realizada Campanha, direcionada a crianças e adolescentes, que utilizará linguagem adequada a seu nível de entendimento e escolaridade, abordando os seguintes temas:

I- As diversas formas que a violência contra crianças e adolescentes, pode assumir , tais como;

- a) Castigos corporais,
- b) Agressões psicológicas,
- c) Exploração sexual,
- d) Violência sexual,
- e) Atentado violento ao pudor,
- f) Trabalho inadequado, entre outros.

II- Conscientização de seus direitos, alertando-as para as diversas situações de violência sexual , tornando-as capazes de se defender e buscar auxílio;

III- A importância da denúncia para sua proteção.

**Art. 16** - Aos alunos matriculados em escolas situadas no Município de Divinópolis e a quem se interessar e/ou frequentar Centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores – Telecentros serão ministradas aulas ou palestras sobre os temas de que trata a presente lei, sempre utilizando vocabulário, técnicas e grau de complexidade adequados ao seu grau de entendimento e escolaridade.

§ 1º. As palestras de que trata o *caput* deste artigo, também serão proferidas aos pais, professores e outros interessados, em reuniões convocadas para tanto ou quando ocorrerem reuniões das Associações de Pais e Mestres.

**Art. 17** - Anualmente, na semana em que se comemora o Dia Municipal de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), além de outros eventos destinados a chamar a atenção da sociedade sobre as questões ligadas à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, serão divulgados estudos, pesquisas e projetos de enfrentamento aos maus tratos praticados.

**Art. 18** - Deverão ser realizados treinamentos específicos de servidores municipais que trabalham com crianças e adolescentes, para que sejam preparados para detectar sinais de todo tipo de abusos por parte de adultos, inclusive de natureza sexual.

**Art. 19**– As despesas decorrentes da confecção das placas informativas correrão por conta dos responsáveis pelos estabelecimentos.

**Art. 20** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 21**- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Divinópolis, 20 de agosto de 2009.

VEREADOR ANDERSON SALEME  
Líder do Executivo  
Vice-líder do PR

# JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa melhorar ainda mais o texto principal.

O Projeto de Lei em tela, além da importância de sua própria essência, carrega um significado de grande valia. Tem a presente proposta, a principal finalidade de regulamentar, ainda que singelamente, Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de Divinópolis.

O tema proposto para exposição, pedofilia, interessa a toda a sociedade atual por ter, na última década do século XX, emergido de um passado distante para se propagar por todas as direções, especialmente devido à democratização dos meios de comunicação e à facilidade da veiculação das notícias, não mais se mantendo em grupos e segmentos contidos.

A partir da exposição pública de casos de pedofilia envolvendo médicos, sacerdotes e professores, cidadãos de comportamento social e profissional “acima de qualquer suspeita”, voltaram-se os cientistas comportamentais, dentre eles os juristas, para o estudo dessa prática, cujas vítimas são crianças e adolescentes.

Na atualidade, o problema da pedofilia eclodiu não apenas pela ação da mídia e pelo encorajamento a denúncias pelas vítimas, mas também pela devastadora proliferação da prostituição infantil, resultante, dentre outras causas, da pobreza. O problema é complexo, pois engloba causas históricas, razões sociais e econômicas, enquanto enseja a formação de uma vasta rede de conexão, envolvendo todo o segmento de turismo sexual voltado para a corrupção de menores.

É nesse terreno minado que nós, Legisladores, debruçamo-nos na tentativa de sistematizar o tema e aplicar regras adequadas e efetivas para impedir as agressões ao corpo e à alma de quem mal começou a viver. Essas agressões quase sempre resultam em profundas sequelas em personalidades ainda não definidas, razão pela qual é classificada a pedofilia, no Brasil, como crime hediondo, segundo a Lei 8.072/90.

No momento em que o mundo inteiro se debruça em prol da proteção dos direitos humanos, ponto estratégico para a construção da democracia, debate a sociedade as ações adequadas no combate à criminalidade. E, embora não se possa falar em crime maior ou menor, não se olvida que o potencial ofensivo da pedofilia é de grande intensidade.

Afinal, macula esse odioso delito a reserva de contingente da geração do amanhã.

Uma das grandes causas que levam à pedofilia encontra-se na pouca idade em que crianças, principalmente em países subdesenvolvidos, mergulham na prostituição, trocando a escola e as brincadeiras infantis por práticas libidinosas que lhes rendem algum dinheiro para sobreviver. A pobreza ocasiona muitas vítimas, mas as mais atingidas são as crianças.

A segunda causa e a mais grave delas, pelo anonimato, pela ausência de informação e pelo grau de periculosidade, está no campo dos desvios de personalidade, no proceder de fronteiriços que se apresentam, aparentemente, dentro da mais absoluta correção, mantendo em segredo um mundo povoado de abominável comportamento.

Esses sociopatas têm hoje grande oportunidade de expandir os seus instintos, seja pelo incentivo de uma sociedade voltada para o sexo e para o prazer, seja pela facilidade de praticar a pedofilia das mais diversas formas: fotografias, cinema, internet, telefone, enfim, com a utilização das infovias que os mantêm em completo anonimato, ao tempo em que “viajam” pelo planeta, com o prazer de domínio absoluto no seu mundo subterrâneo.

A Constituição de 1988, estruturada dentro de uma concepção moderna, deixou de ser um diploma político para ser um pacto de cidadania, preocupando-se com os direitos humanos em todas as dimensões.

Em relação à infância, o legislador constitucional filiou-se a DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL, prevista na Convenção Internacional sobre Direitos da Criança, à qual aderiu o Brasil pelo Decreto-Legislativo 28/1990. Esse decreto obriga a proteção das crianças e dos adolescentes, evitando que sofram as consequências das injustiças social, econômica e jurídica.

O primeiro e único diploma de regência efetiva sobre o tema, em nível infraconstitucional, é o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90 –, espécie de instrumental de efetivação dos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, que obrigou o Estado a priorizar os investimentos na condução das suas políticas públicas (art. 226, § 8o, CF/88).

O Estatuto e a legislação penal, alinhados entre si, propõem prevenção e repressão às práticas sexuais criminosas contra crianças e adolescentes, intitulado tais práticas de PEDOFILIA.

Entretanto, é muito pobre a legislação brasileira na criminalização de

condutas reprováveis e passíveis de serem consideradas práticas pedófilas, existindo praticamente um tipo único, no art. 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, delito esse punido com pena de reclusão de um a quatro anos.

O referido tipo está assim descrito:

Fotografar ou publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.

A pedofilia, pela Lei 8.072/90, é considerada crime hediondo, o que determina rigor absoluto para o acusado desse tipo, que, sem direito à fiança ou liberdade provisória, responde ao processo preso em regime fechado e tem de cumprir a pena integralmente.

O Projeto ora apresentado terá grande alcance, porque muitas vezes já se encontrou computadores em locais públicos com acesso irrestrito, recheados de fotos obscenas de crianças, sem repressão, por falta de lei adequada. Afinal, aquele que alimenta o computador é tão pedófilo quanto o que as divulga, pois os usuários de fotos obscenas são os maiores clientes da rica indústria que se nutre do crime. A matéria em pauta não só incentivará ainda mais a denúncia como coagirá os infratores.

A saber, entende-se como estabelecimentos de frequência pública hotéis, motéis, pousadas e congêneres; bares, restaurantes, lanchonetes, casas de diversões eletrônicas e cinemas; casas noturnas de qualquer natureza, estabelecimentos que promovam shows, feiras e exposições; clubes sociais e associações recreativas ou desportivas, cujo quadro de associados seja de livre acesso ou que promovam eventos coletivos; agências de modelos e de viagens; salões de beleza, casas de massagens, saunas, academias de dança, de fisiculturismo, de ginástica e atividades correlatas e outros estabelecimentos comerciais que ofereçam serviços mediante pagamento e voltados ao mercado ou culto da estética; postos de abastecimento onde pernoitam caminhoneiros e/ou funcionem lojas de conveniências; pontos de táxis e moto-táxis.

Visando à execução desta lei e à realização das atividades nela previstas, o Executivo poderá contar com a contribuição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente e o apoio das Secretarias Municipais da Saúde, de Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social, podendo firmar convênios e parcerias com outras entidades governamentais e não governamentais.

Por fim, importante destacar o apoio do Promotor de Justiça, Curador da Vara

da Infância e Adolescência, Dr. Carlos José Fortes, e dos membros do Conselho Tutelar de Divinópolis que já se reuniram para debater o assunto, inclusive com grandes contribuições.

Assim, pelos argumentos ora listados e por muitos outros que se poderia apontar, este Vereador conclama todos os demais Parlamentares a aprovarem o presente Projeto de Lei. É a Câmara Municipal de Divinópolis no rumo e no aprimoramento de práticas democráticas tão sonhadas.

Fonte: Palestra proferida em 03/09/2002, no evento AMAZÔNIA 2002, realizado em Manaus-AM, promovido pela Federação Internacional de Advogadas – FIDA

Divinópolis, 20 de agosto de 2009.

VEREADOR ANDERSON SALEME  
Líder do Executivo  
Vice-líder do PR